

Aparecido admite ficar até a eleição do sucessor

Arquivo 17/05/88

O governador José Aparecido admitiu, ontem, que poderá ficar no GDF até a realização de eleições diretas na cidade, previstas para 15 de novembro de 1990. Segundo ele, tudo depende da vontade do presidente da República. "Ficarei no Palácio do Buriti até quando o presidente da República considerar que minha missão deve continuar", afirmou o governador, após a Constituinte rejeitar a emenda que prevê eleições diretas para Brasília.

Ao seu ver, o governador de Brasília só terá um mandato quando for eleito pelo voto direto, e enquanto isso não acontecer ele deve obediência ao presidente da República. Ao comentar a decisão da Constituinte, José Aparecido afirmou que a derrota

da emenda não ampara o pleito imediatamente, mas assegura a autonomia do Distrito Federal.

Disse que acreditou, até o último momento, que a emenda seria aprovada. "Mas a decisão da Constituinte também será boa para Brasília porque daremos continuidade aos projetos", frisou.

Projetos

O governador lembrou que estava retardando o processo de reforma administrativa, esperando uma decisão da Assembléia Nacional Constituinte. "Eu não poderia encaminhar um projeto em quatro meses, caso a emenda fosse aprovada", frisou. Ele informou que o projeto, coordenado pelo secretário Arlécio Gazal, seria en-

caminhado aos partidos políticos e não ao presidente da República, caso houvesse eleições em 88.

Na próxima terça-feira o secretário Arlécio Gazal fará uma reunião com toda a equipe do GDF, para fazer os últimos acertos, do projeto, que prevê a extinção de mais de 10 órgãos públicos.

José Aparecido informou, ainda, que o projeto de implantação do metrô de superfície será discutido na próxima reunião do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma). Apesar de eufórico com a possibilidade de dar continuidade aos seus projetos, José Aparecido ponderou o fato de que o "Governo não acaba com o fim de um mandato, é uma obra que não tem fim".

No Buriti, a votação não empolga

A expectativa em torno da votação da emenda que previa eleições diretas para Brasília este ano pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte não chegou a agitar, ontem, os gabinetes do Palácio do Buriti e de suas secretarias. A equipe do primeiro escalão do GDF teve um dia normal, cumprindo todos os compromissos de agenda.

Nos gabinetes dos secretários, o clima era de esvaziamento. A maioria acreditava que a emenda não iria passar. Dos 17 secretários, cinco estão viajando. O secretário de Serviços Públicos, José Carlos Mello, está em Porto Alegre, o de Finanças, Marco Aurélio Araújo, participa de um encontro de secretários em Florianópolis e deve voltar a Brasília na segunda-feira, segundo informações de seus auxiliares.

O secretário de Habitação, Benedito Domingos, também participa de um encontro de especialistas no setor, em Curitiba. O secretário de Serviços Sociais, passou o dia todo em Padre Bernardo (GO) discutindo o projeto

Entorno com Dignidade, com as autoridades locais. E o secretário para Assuntos Econômicos e da Reforma Administrativa, Arlécio Gazal, participa de um encontro do Rio de Janeiro e só retorna à cidade no final de semana.

Mais atenção

Os secretários de Administração, Paulo Xavier; do Trabalho, Marco Antônio Campanella; e de Governo, Carlos Murillo, foram os que mais tiveram suas atenções voltadas para o Congresso Nacional. Paulo Xavier chegou a ir ao Congresso para "ver de perto o trabalho dos constituintes", mas admitia que a emenda não passaria.

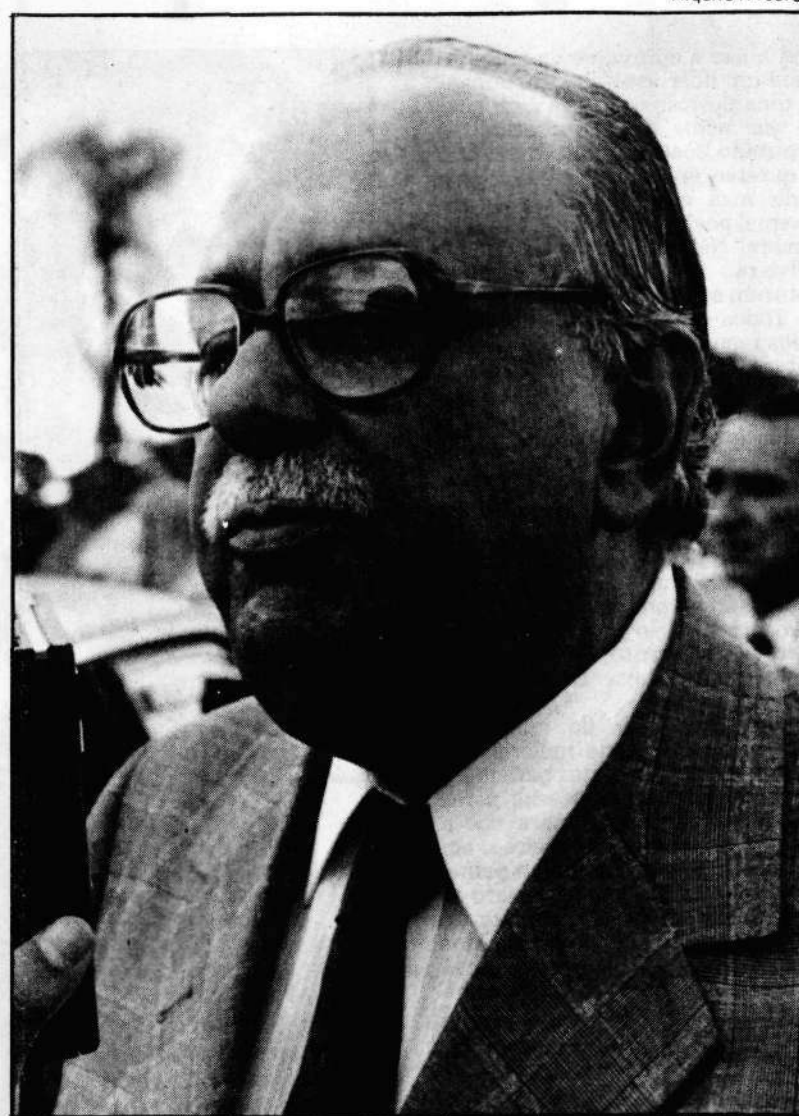
Após a votação, o secretário disse que não tinha importância o fato de a emenda não ter passado. "As primeiras eleições para Brasília já estão asseguradas para o dia 15 de novembro de 1990. Disse que ele mesmo, o governador e empresários locais sempre foram favoráveis às eleições no DF. "Mas resta saber se os possíveis candidatos, agora, terão a maturidade exigida pelo povo de Brasília que

não é mais inexperiente e não está mais alheio ao processo", destacou.

O Secretário do Trabalho, Marco Antônio Campanella (PMDB/DF), disse que a expectativa dele e de seu partido tem sido no sentido de que haja autonomia política no DF ainda este ano. "O importante, ao meu ver, é pensarmos com urgência na busca de alternativas que tornem essa idéia viável, ampliando-a para o terreno econômico e financeiro".

Ao seu ver, esse é o ponto principal que deve ser definido ainda este ano, para que o próximo governador do DF encontre condições para administrar a cidade, através da dotação de uma maior autonomia no campo econômico.

O secretário de Governo, Carlos Murillo (PMDB/DF), disse que lamentava o fato de a emenda ter sido rejeitada. Mas as eleições já estão garantidas em 1990 e isso é o que importa. Para ele, os partidos terão, mais tempo para indicar nomes à sucessão, que estejam afinados com os problemas locais e com o Palácio do Planalto.



O governador diz que agora termina a reforma administrativa

Seria difícil para o TRE fazer pleito

Mesmo se a Assembléia Nacional Constituinte, tivesse aprovado a emenda propondo eleições diretas para Governador do Distrito Federal no dia 15 de novembro deste ano, dificilmente elas se realizariam, já que não haveria prazo para a implantação de um calendário eleitoral. A avaliação foi feita ontem por dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral de Brasília, orientados para não darem entrevistas. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Oscar Correia, disse que não faria suposições sobre a possível inviabilidade das eleições no DF, mas garantiu que, enquanto o texto da futura Carta não fosse publicado no Diário Oficial da União, "não faremos calendário eleitoral".

Se a Constituição fosse promulgada na data prevista pelo deputado Ulysses Guimarães, 7 de setembro, restariam 66 dias, até o 15 de novembro, para que o TSE confeccionasse e implantasse um calendário eleitoral, prazo que os dirigentes do TRE consideram impossível para a realização das eleições. Eles lembram que o calendário para as eleições de deputados e senadores em Brasília foi implantado no dia 2 de junho de 86, ou

seja, 5 meses e 13 dias antes do pleito.

Em resumo, o calendário para as eleições de Governador do DF, Vice e Assembléia Legislativa já deveria estar implantado, pois estas eleições envolvem um esquema mais complexo que a votação de 86. O calendário, entre outros, regulamenta prazos para a realização de convenções partidárias, registros de candidatos e propaganda eleitoral.

Promulgação

Ao contrário das eleições para prefeitos e vereadores, que serão regulamentadas por decreto presidencial, as eleições para Governador do DF têm como base a própria Constituição, que está sendo elaborada, como forma de regulamentação. O ministro Oscar Correia disse que o TSE não pode elaborar um calendário baseado em suposições: "Eu nem sei se a Constituição vai ser promulgada". Sobre o prazo mínimo para se organizar uma eleição no DF, ele diz que cabe aos deputados e senadores que elaboram a Constituição tal resposta: "Eles é que sabem o tempo necessário para se fazer um calendário".

Resultado frustra administradores

A rejeição da emenda que previa eleições diretas no Distrito Federal, em 15 de novembro de 1988, para os cargos de governador, vice-governador e deputados distritais, provocou uma grande frustração nos administradores regionais das cidades-satélites. Isto porque as satélites terão que esperar até 1990, data da próxima eleição, para alcançarem sua autonomia política e a comunidade poder eleger, por voto direto, os administradores regionais.

Mas o desânimo não é total. Os administradores dizem que mesmo com a rejeição da emenda, a reforma administrativa a ser implantada já garante uma certa autonomia às cidades-satélites. "A reforma administrativa já é um grande passo para as satélites conquistarem sua autonomia política", ressaltou o administrador regional do Gama, Cícero Miranda.

Já Divino Alves dos Santos, administrador regional do Guará, ressaltou que como a emenda foi rejeitada, o Governo do Distrito Federal deveria acelerar a implantação da reforma ad-

ministrativa, "pois seria uma forma de recompensar a autonomia política para as cidades-satélites". Ele destaca, entretanto, que o grande perdedor foi a comunidade, que terá de esperar por mais dois anos para eleger, pelo voto direto, os administradores regionais das cidades-satélites.

Biônicos

A sua opinião foi reforçada pelo administrador de Brazlândia, José Tobias de Rezende, ao declarar: "No aspecto político, os administradores regionais continuam biônicos". Quanto à autonomia, ele comentou que, enquanto não for implantada a reforma administrativa, as ações dos administradores continuarão sob o comando das secretarias.

"A reforma administrativa melhorará a situação das administrações regionais, mas o ideal seria a autonomia plena para as cidades-satélites, através de uma Lei Orgânica", complementou Clarindo da Rocha, administrador regional da Ceilândia.

Para o administrador do Núcleo Bandeirante, Paulo César Gontijo, "o povo não pode esperar mais", acrescentando que o quanto antes as eleições diretas forem realizadas, melhor será. O mesmo pensamento tem Hiram Ferreira, administrador de Sobradinho, que declarou: "A rejeição da emenda frustrou a população, além de prejudicar os trabalhos das administrações regionais, pois sem a autonomia política, ficaremos na dependência dos secretários e sujeitos às burocracias do Governo do Distrito Federal.

Mais tempo

A mesma opinião, entretanto, não tem o administrador de Planaltina, Pedro Mendes da Luz, que mesmo afirmando ser favorável às eleições diretas, ressaltou que a realização de eleições em 1990 dará mais tempo para a população escolher com mais critérios os seus representantes. "Eleições em 1990 seria melhor, pois os partidos se organizariam melhor, as correntes ficariam mais definidas e o brasileiro escolheria melhor seus representantes".